

Agosto de 2019 - Ano XV - www.aptafurg.org.br



# SINDICATO NA LUTA



*Alison*

**PÁGINAS CENTRAIS**



g ê n e r o

# MULHERES EM LUTA DA FASUBRA PARTICIPAM DA MARCHA DAS MARGARIDAS

Cerca de 200 Técnica-Administrativas em Educação de todos os estados participaram da Marcha das Margaridas. A Marcha compôs a programação do Encontro Nacional de Mulheres da FASUBRA Sindical que se iniciou na segunda-feira (12/08), na UnB, e terminou na quarta (14/08), com a passeata. As mulheres da base da FASUBRA Sindical se incorporaram às atividades da Marcha, no pavilhão do Parque da Cidade, e participaram das diversas oficinas, plenárias, rodas de conversas, espetáculos culturais,

lançamento de cartilha, entre outros. Mais de 100 mil mulheres trabalhadoras do campo, da cidade, das florestas e das águas ocuparam o centro da capital do país, no dia 14 de agosto.

A 6ª Marcha das Margaridas é a maior ação de mulheres da América Latina, ocorre desde 2000 e já conquistou diversas políticas públicas para as mulheres do campo. Além do Brasil, representantes de outros países participaram da marcha na Esplanada.

Com o tema "Margaridas na luta por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça, igualdade e livre

de violência", a marcha deste ano contou com a participação de mulheres indígenas que se somaram ao protesto em defesa de suas terras e de políticas ambientais. As mulheres indígenas estavam em Brasília para a "1ª Marcha de Mulheres Indígenas", que ocorreu na terça-feira (13) em conjunto com a Greve Nacional da Educação. Um dos objetivos da marcha é a conquista de reconhecimento político, social e de cidadania plena das mulheres, que lutam contra qualquer forma de exploração, dominação e violência. Os eixos políticos deste ano englobaram

temas como: pela autodeterminação dos povos, com soberania alimentar e energética; pela proteção e conservação da sociobiodiversidade e acesso aos bens comuns; por autonomia econômica, trabalho e renda; por Previdência e Assistência Social, pública, universal e solidária; por saúde pública e em defesa do SUS; por uma educação não sexista e antirracista e pelo direito à educação no campo, entre outros.

A APTAFURG participou da Marcha com a presença das Técnicas Caroline Segovia e Denise Giesta, da direção do Sindicato.

**A MANCHA**

REALMENTE NÃO HÁ CORTE, NENHUMA LESÃO, É SÓ UMA MANCHA DE SANGUE CONSTANTE...



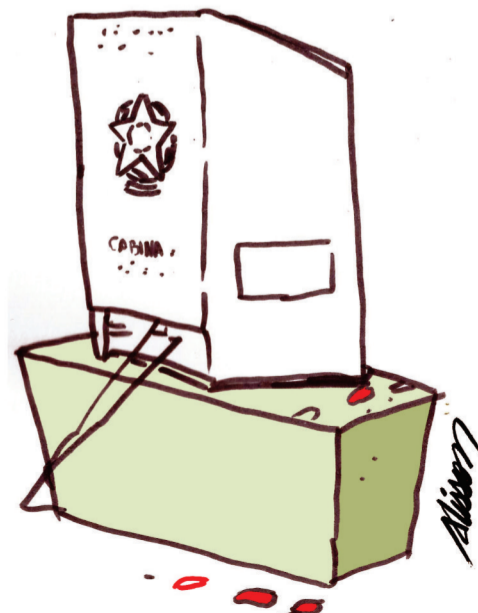
EU JÁ LAVEI AS MÃOS COM CLOROFINA, ÁLCOOL, GASOLINA...



ISSO REALMENTE É INEFICAZ, MAS VOCÊ NÃO É UM CASO ISOLADO, TEM MUITA GENTE COM AS MÃOS ASSIM...



NA VERDADE, TODOS QUE FIZERAM UM USO BEM INADEQUADO DO VOTO!



Alívio 7

# FUTURE-SE OU PRIVATIZA-SE?

O Governo Federal apresentou à sociedade brasileira, no mês de julho, o Programa intitulado Future-se. O projeto em si, não nos resta nenhuma dúvida, é a proposta de privatização mais agressiva desde a década de 80, quando no 1985 foi criado o Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior - GERES. O projeto em si resgata a política Bresseriana da década de 1990, quando o Ministro Luis Carlos Bresser Pereira, cria, a partir da Reforma do Estado, as Organizações Sociais - OS, que tinham como objetivo, justamente, de privatizar a gestão das Instituições Federais de Ensino Superior, através de contratos de gestão. Conhecemos muito bem esta lógica de terceirização da gestão através da EBSEH, que justamente é, a privatização da gestão dos Hospitais Universitários. Falamos de privatização porque a política parte da ideia de que a gestão privada é melhor do que a pública, razão pela qual os trabalhadores e trabalhadoras da Empresa são contratados pelo regime Celetista -CLT, regime próprio das relações de trabalho privadas.

O projeto Future-se retoma essa lógica mais agressiva quando prevê a transferência do patrimônio público para as OS e quando sinaliza que os trabalhadores das IFES irão ser cedidos com o ônus da folha de pagamento para mesma.

Chamamos a atenção do artigo primeiro que caracteriza de muita forma o que é o programa, em que se institui as universidades empreendedoras e inovadoras. Esses termos, colocados no caput desse primeiro



artigo, define com absoluta nitidez e, de forma inequívoca, que estamos nos referindo de um reposicionamento das IFES. Pode-se afirmar que as mesmas se deslocarão do espaço produtor de direito (aqui o direito ao ensino superior), para o espaço produtor de mercadoria, ou seja, passamos do espaço público que garante a educação superior, na perspectiva de busca autonomia tecnológica do país e, portanto, a afirmação da soberania do Estado Brasileiro, para a produção de mercadorias, no entanto podemos afirmar que o ensino superior se transformará em mercadoria a ser comercializada.

É bom que se diga nada de novo tem na proposta de projeto de lei do Future-se, pois tudo que está posto no texto pode-se ser resgatado na Lei de Inovação Tecnológica de 2004, ampliada pelo que se denomina "Novo Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação". Também nada novo, como já dissemos anteriormente, do resgate das OS como o eixo norteador da operacionalização do programa. O que se tem de novo no projeto são os denominados fundos de investimento.

Pensamos que a espinha dorsal que expõe a lógica mercantil está, justamente, no capítulo 5 da pro-

posta de PL, onde se lê, do fundo da autonomia financeira das IFES. Este é o novo nessa proposta, pois pela primeira vez se fala na sustentação financeira da produção do ensino superior do Brasil, atrelada ao mercado financeiro. É importante registarmos aqui, que o atual momento histórico do desenvolvimento do capitalismo é caracterizado pela hegemonia do que chamamos de setor rentista do capitalismo.

Toda lógica que permeia o desenvolvimento da acumulação capitalista passa obrigatoriamente pelo mercado financeiro. Nos parece que o programa Future-se é a transferência de uma enorme estrutura produtiva de ciência e tecnologia, para os interesses do mercado que hoje gravitam, justamente, na acumulação do capital financeiro.

Temos a compreensão de que o capítulo 5 do PL deixa claro que as universidades e IFS passarão a estar a serviço do sistema financeiro, ou seja, do processo de acumulação capitalista, os bancos.

Por fim, é importante dizer que, esta lógica de acumulação a partir do mercado financeiro foi a causa da segunda maior crise histórica do capitalismo, que se desenvolveu em 2008, levando não só grandes empresas a falirem mas, também Estados inteiros, caso típico da Grécia.

Não há outros posicionamentos do conjunto das IFES como a imediata rejeição do PL no seu conjunto inteiro.



# FUTURE-SE: ENTENDA O IMPACTO NA POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS NO PNAES

Cassiane Paixão  
Soledad Bech Gaivizzo



MARCELO CAMARGO - CARTA CAPITAL

**A**o analisarmos o impacto do Programa Future-se no sistema de ensino superior, com destaque para a Política de Ações Afirmativas e seus desdobramentos possíveis para o Programa Nacional de Assistência Estudantil, denunciaremos que o Future-se é proposto dentro de uma conjuntura econômica, político-ideológica pautada, por um lado, pelo ultraliberalismo, o qual foi implantado com o objetivo de promover um processo de desoneração do Estado, bem como a privatização e comercializa-

ção de bens e serviços públicos, a exemplo da educação superior.

Em 2016, presidente Michel Temer inicia um conjunto de mudanças econômicas, político-ideológicas em relação ao Estado e as políticas sociais. Essas mudanças ganham amplitude e assumem uma outra direção - ultraliberal e conservadora - no Governo do presidente Jair Bolsonaro em 2019. Desde então, observa-se uma série de ataques contra os preceitos e os direitos instituídos pela Constituição de 1988 e as

conquistas sociais que foram absorvidas pelo Estado, logo após a mesma.

Ao lado dessa perspectiva ideológica, precisamos destacar o manejo do conservadorismo racista como um discurso de dominação da classe trabalhadora, que estimula e naturaliza práticas discriminatórias e de ódio, o desrespeito à população negra, aos povos indígenas, às mulheres, entre outros. Ambos os lados estão interligados e se complementam. O projeto ultraliberal necessita do pensamento conservador como uma estratégia para

conjugando os aspectos econômicos, políticos e culturais na direção mais favorável ao capital e que atingem as políticas sociais implementadas pelo Estado Brasileiro. Ambos abrem espaço, portanto, para o esvaziamento do sentido político do direito à educação superior e a política de ações afirmativas de acesso e de permanência, especialmente.

O ataque constante ao Sistema de Ensino Superior Federal, por parte do Governo, é guiado pelo espectro ideológico do Conservadorismo Racial e do

Ultraliberalismo. Deste modo, a preocupação é apontar que, no Brasil, o programa FUTURE-SE é resultado da práxis desse espectro ideológico, que não só corrói as bases do modelo de Sistema Federal de Ensino Superior, mas também as bases de toda e qualquer política educacional destinada a população negra, indígena, quilombola, de baixa renda, entre outros.

Outro elemento importante, que substancia essa visão de mundo instituída pelo Governo, é a de que qualquer pessoa, indepen-



dente da marcadores étnico-raciais pode colher os benefícios econômicos do sistema. Para isso, o sujeito deve desracializar-se, deixar de lado a sua própria cultura e juntar-se ao grupo de pessoas que se esforçam na sociedade dominante. O discurso de negação das diferenças sociais e culturais, por parte do governo, recoloca no centro a ideia de hegemonia do homem branco em relação aos demais grupos. As políticas de ações afirmativas, sob essa lógica, não tem sentido para o Governo conservador, o que compromete o avanço dessa política e pode, em um futuro próximo, deteriorar e até extingui-la.

É importante considerar que a ideia de meritocracia, e do pescar o peixe com sua própria isca é interpretada dentro de uma lógica que nos visualiza (enquanto sociedade brasileira) como tendo as mesmas oportunidades e ter escolhas. Bem, cabe nos perguntar enquanto parte da universidade pública, federal e gratuita, se você realmente acredita que todos e todas tem realmente a mesma oportunidade? Que podemos pensar numa realidade brasileira igual para todos e todos?

Não há dúvida que a conquista

legal da lei 12.711/2012 implica em um avanço democrático de acesso de estudantes oriundos das classes populares, e toca às questões de raça. Sua possível reversão implicaria um retrocesso para toda a sociedade brasileira, voltando as rituais capitalistas de cursinhos vestibulares e a concepção de que só é possível cursar uma faculdade de qualidade se tiver na origem sócio econômica alguém que tenha passado por esse mesmo espaço educacional, ou ser aquele ou aquela que passou pelo funil e “driblou” o sistema.

A (re)fundação das IFES impõe a privatização da vida acadêmica, inclusive de políticas e de processos que são ferramentas fundamentais para promover a inserção e a permanência de setores estudantis socialmente vulneráveis, como os estudantes negros, indígenas, quilombolas e os que pertencem a classe trabalhadora.

#### **A Política de Ações Afirmativas na contramão do FUTURE-SE**

O programa é apresentado pelo governo brasileiro como um grande negócio! Mas para a

educação superior pública, universal e de qualidade, que é um patrimônio de toda a sociedade brasileira, ele não deteriora todo o processo de democratização e deixa a critério de segmentos muito específicos: grandes empresas, conglomerados do setor privado e do sistema financeiro.

Com o FUTURE-SE a inclusão social deixa de ser uma perspectiva viável, que orienta processos e práticas de como inserir os grupos populacionais que historicamente foram excluídos do direito à educação superior. A tônica agora é centrar todos os esforços em captar recursos no setor privado, não a educação em si. Sob esta lógica, o estudante deixa de ser um sujeito de direitos e passa assumir o papel de consumidor.

O programa impõe uma outra lógica para as IFES, deslocando-as da lógica estatal para a lógica privada. A proposta é diminuir substancialmente o montante do recurso público que é repassado anualmente pela União para as IFES. O restante do recurso deve ser captado no setor privado, por meio de linhas de Autofinanciamento. Na prática, a responsabilidade de completar o orçamento é das próprias IFES, que

devem ofertar no mercado bens e serviços públicos para quem quiser “comprar”, “usar”, “consumir”.

Para alguns analistas, como Breno Altman, o corte no orçamento deverá ser entre 30% a 50% para cada instituição, variando de acordo os parâmetros que serão estabelecidos. Países que adotaram o programa de financeirização do Ensino Superior, como o Chile, estudos revelam que de fato o Orçamento destinado para o Ensino superior passou de 32% para 15%.

A política de ação afirmativa, no contexto do FUTURE-SE, perde sua principal característica, o sentido político-ideológico, uma vez que a inclusão social deixa ser uma estratégia importante de GARANTIA DE DIREITOS. Soma-se a essa situação, a redução do orçamento público, que deverá impactar negativamente nos recursos institucionais que são necessários para cobrir as demandas e as necessidades dos estudantes cotistas no circuito acadêmico.

# **FINANCIAMENTO DO PLANO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL - PNAES NO CONTEXTO DO FUTURE-SE**

De 2013 a 2015, o valor cresceu 61%, passando de R\$ 617 milhões em 2013 para R\$ 995 milhões em 2015. A partir de 2016, durante o Governo Temer, os valores para o PNAES acompanham o corte de verbas nas Universidades. Em 2017, o recurso para assistência estudantil caiu novamente para 987 milhões.

Diante dessa situação de decréscimo do recurso para o PNAES, os fóruns como a ANDIFES e o FONAPRACE – Fórum de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e comunitários, e as representações estudantis vêm reivindicando a necessidade do aumento do orçamento do PNAES para atender a mudança do perfil socioeconômico dos/as estudantes das universidades públicas brasileiras.

Em 2012, o acesso de estudantes de escolas públicas ficou garantido

pela legislação, com a reserva de 50% das vagas, mas a permanência dos alunos beneficiados em sala de aula teve um custo, estimado em R\$ 2 bilhões ao ano pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE).

Em 2012, os estudantes de escola pública já eram maioria entre os ingressantes das instituições federais (55,4%). Ainda assim, após a mudança legal, essa participação subiu a 63,6% em 2016, um aumento de 15%. Os estudantes de escola pública autodeclarados pretos, pardos e indígenas eram 27,7% dos ingressantes em 2012 e chegaram a 38,4% em 2016, incremento de 39% (Revista Valor Econômico, 2019).

Desde 2016, verifica-se o contingenciamento do Governo Nacional no âmbito do PNAES; contudo, em 2019, volta a sofrer perdas significativas com

o contingenciamento destinado ao orçamento das IFES.

A Assistência estudantil nas IFES não consegue mais atender a demanda de estudantes com perfil de vulnerabilidade socioeconômica que cresce a cada ano. Os recursos disponibilizados, atualmente, somente conseguem atingir uma parte dos estudantes que solicitam. Contudo, há um número bastante elevado de estudantes que são caracterizados como em situação de vulnerabilidade socioeconômica, mas que não são atendidos devido ao orçamento ser insuficiente.

A assistência estudantil, no cenário político atual e no contexto do FUTURE-SE, possivelmente sofra um processo de deterioração progressiva. Isso deriva dos cortes orçamentários, que continuarão a persistir cada a ano, podendo chegar a patamares ínfimos. De modo que, somente alguns estudantes – o

mais pobres dos pobres - consigam acessar.

Nesse cenário político-ideológico ultraliberal conservador, a assistência estudantil emerge como uma política de caráter assistencialista, de ajuda, de benesse. Uma ação que interfere no esforço que cada indivíduo deve fazer para alcançar os seus objetivos e conquistar o seu direito.

Vale ressaltar, que ainda que não acompanha a crescente demanda e não dê conta das despesas diárias dos alunos da graduação, a assistência estudantil ajuda a manter grande parte dos estudantes de baixa renda na universidade pública. O seu debilitamento pode e deverá ampliar a exclusão educacional dos setores sociais que historicamente estiveram alijados do direito à educação superior: negros, indígenas, quilombolas e a classe trabalhadora.



# REFORMA DA PREVIDÊNCIA TIRA DOS POBRES E É INCONSTITUCIONAL

*Do jeito que estão transformando a Amazônia em cinzas, vão transformar os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras em cinzas se essa reforma passar, disse Chico Vigilante*

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 06/2019, nome oficial da reforma a Previdência (PEC 6/2019), é prejudicial aos mais pobres e também é inconstitucional porque viola direitos humanos, afirmaram parlamentares, advogados, juízes e estudiosos, em audiência na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), realizada na sexta-feira (23).

O presidente da Comissão, senador Paulo Paim (PT-RS), afirmou que espera mais tempo para o debate no Senado e disse que não há um senador que conheça de fato a proposta de reforma.

“Não tem um senador que conheça, de fato, a reforma da Previdência. Um! Eu me incluo, porque cada dia tem uma novidade. Então ninguém domina essa reforma”.

“E a Câmara, quando votou”, prosseguiu Paim, “deve ter sido muito isso também. A Câmara sempre fica na expectativa de que o Senado faça a revisão. E eu espero que aconteça, que a gente não só bata carimbo”.

O deputado distrital Chico Vigilante (PT-DF) afirmou que a maioria dos brasileiros ainda não sabe a profundidade dessa reforma. Segundo ele, o governo pretende economizar tirando dos pobres e da classe média.

“A reforma previdenciária no Brasil pode ser comparada para os trabalhadores com a destruição que está sendo feita na Amazônia. É a mesma coisa”.

A advogada e professora Naiara Moraes afirmou que a PEC 6/2019 é inconstitucional porque viola direitos fundamentais e direitos humanos



previstos não apenas na Constituição, mas também em tratados internacionais de que o Brasil é signatário.

## PEC Paralela

Segundo o vice-presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Luiz Antonio Colussi, a chamada PEC Paralela, que senadores têm defendido como solução para corrigir problemas da PEC 6/2019, a fim de não alterar no Senado, não deve progredir.

“Ela não vai se concretizar. Os que acompanharam a reforma Trabalhista

viram que o Senado optou por aprovar a reforma como veio da Câmara dos Deputados. E o que aconteceu aqui? Mediante a promessa de uma medida provisória para corrigir alguns pontos, até hoje as medidas não vieram”, afirmou.

O economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Clóvis Scherer, afirmou que o governo quer que as pessoas olhem para a reforma da Previdência como um combate a privilégios e deixem de olhar os reais impactos sobre os que têm baixos rendimentos.

“Quase 80% da economia de custos estimados pelo governo vai recair no Regime Geral de Previdência Social (RGPS), principalmente na aposentadoria por tempo de contribuição, que deixa de existir, e também no gasto com a pensão por morte”, afirmou.

Paim afirmou que a supressão de artigos na PEC 6/2019 não farão a proposta voltar à Câmara e que essa hipótese foi feita diversas vezes no Congresso. O presidente da CDH espera que o Senado ainda faça duas sessões temáticas sobre a reforma.

Fontes: Agência Senado e CUT.

**“DO JEITO QUE ESTÃO TRANSFORMANDO A AMAZÔNIA EM CINZAS, VÃO TRANSFORMAR OS DIREITOS DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS EM CINZAS SE ESSA REFORMA PASSAR.”**

- Chico Vigilante

**“UM TRABALHADOR QUE RECEBE R\$ 1.382,46 DE SALÁRIO. PELAS REGRAS ATUAIS, SE APOSENTARIA COM R\$ 1.341,95. JÁ PELAS REGRAS DA PEC, ELE IRIA SE APOSENTAR COM R\$ 1.181,69, UMA PERDA DE R\$ 160,26 AO MÊS, OU R\$ 2.083,38 AO ANO.”-**

- Clóvis Scherer



# 53,7% DOS BRASILEIROS REPROVAM JAIR BOLSONARO, SEGUNDO PESQUISA CNT/MDA



Pesquisa realizada pelo Instituto MDA, encomendada pela Confederação Nacional dos Transportes (CNT), divulgada nesta segunda-feira (26), mostra que mais da metade da população brasileira reprova o desempenho pessoal de Jair Bolsonaro (PSL).

O índice de desaprovação de Bolsonaro pulou de 28,2% para 53,7%, entre fevereiro e agosto deste ano. No início do ano, 57,5% diziam aprovar o desempenho do presidente, mas esse índice caiu para 41%. Não quiseram ou não souberam responder 5,3% dos entrevistados.

No período, o percentual de brasileiros que avaliam o

governo de Bolsonaro como ruim ou péssimo aumentou mais de 20 pontos percentuais - de 19% para 39,5%. A avaliação positiva caiu de 38,9% para 29,4% no mesmo período de tempo.

De acordo com o levantamento, 29,4% dos entrevistados consideram o governo como ótimo ou bom e 29,1% como regular. Não souberam ou não responderam 2% dos entrevistados.

O decreto sobre armas e a indicação do filho, o deputado estadual Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), para o posto de embaixador em Washington, também foram mal avaliados pelos brasileiros. Para 39,1%

dos entrevistados, o decreto sobre armas é a pior ação do governo em oito meses. E sete em cada dez (72,7%) pessoas afirmaram que a indicação de Eduardo é inadequada.

Segundo a pesquisa, entrevistados apontaram Saúde (54,7%), Educação (49,8%) e Emprego (44,2%) como os maiores desafios do atual governo. Dentre as onze opções apresentadas, os entrevistados deixaram Energia (2,0%), Saneamento (3,1%) e Transporte (3,5%) como os menores desafios.

Sobre o desempenho do governo em diferentes setores, a pesquisa coloca o Combate à Corrupção (31,3%),

Segurança (20,8%) e Redução de Cargos e Ministérios (18,5%) como as áreas que o governo melhor atuou nestes oito meses.

Por outro lado, Saúde (30,6%), Meio Ambiente (26,5%) e Educação (24,5%) foram apontados pelos entrevistados como as áreas de pior desempenho de Bolsonaro.

## Metodologia

O Instituto MDA realizou 2.002 entrevistas entre os dias 22 e 25 de agosto, em 137 municípios.

A margem de erro é de 2,2 pontos percentuais.





© Getty Images/AFP/A. Scorza

# ENQUANTO AMAZÔNIA ARDE, GOVERNISTAS E RURALISTAS APROVAM MAIS INCENTIVOS À DEVASTAÇÃO NO SENADO

Na mesma semana em que o recorde de focos de incêndios florestais na Amazônia foi notícia em todo o mundo, o governo Bolsonaro e a bancada ruralista resolveram incentivar ainda mais a devastação. Com articulação e apoio de ambos, o Senado aprovou a Medida Provisória (MP) 881/2019, com alterações na legislação ambiental que vão facilitar o desmatamento. O texto já tinha passado pela Câmara e segue agora à sanção presidencial. A chamada “MP da liberdade econômica” tem o pretenso objetivo de diminuir burocracias e regulamentações para incentivar o crescimento

econômico. De acordo com a oposição, no entanto, foram incorporados à norma dispositivos sem relação direta com o texto original da medida, os chamados “contrabandos legislativos” ou “jabutis”. Por exemplo, foram incluídas mudanças na legislação trabalhista, como a regulamentação do trabalho aos domingos e feriados. Por acordo, o item acabou sendo excluído antes da votação final.

## Bolsonaro acusa

### ONGs sem provas

Pressionado pela repercussão da série de notícias negativas na área ambiental, o presidente Bolsonaro repetiu a estratégia de radicalizar o discurso e tentar criminalizar

a sociedade civil. Sem apresentar nenhuma prova, insinuou que o aumento das queimadas seria responsabilidade das organizações não governamentais. “O crime existe. Temos que fazer o possível para que não aumente, mas nós tiramos dinheiro de ONGs. 40% ia para ONGs. Não tem mais. De modo que esse pessoal está sentindo a falta do dinheiro. Então, pode, não estou afirmando, ter ação criminosa desses 'ongueiros' para chamar a atenção contra a minha pessoa, contra o governo do Brasil”, acusou. De acordo com ele, “tudo indica” que pessoas se preparam para ir à Amazônia filmar e, então, “tocar fogo” na floresta.

O aumento dos alertas de focos de incêndios foi precedido, sim, por movimento organizado - não de ONGs, mas de grileiros, para colocar fogo na floresta e, assim, chamar a atenção do governo para enfraquecer a fiscalização e a legislação ambientais. Segundo o jornal Folha de S. Paulo, na semana passada, desmatadores cumpriram a promessa de realizar um “Dia do Fogo” no sudoeste do Pará, na região da rodovia BR-163. Os responsáveis se sentiriam “amparados pelas palavras do presidente” e pretendem mostrar a ele que “querem trabalhar”.

Fonte: Ecoagencia